

REVISÃO ORÇAMENTÁRIA

*Orçamento*

# Governo corta gastos e suspende a rolagem de dívidas, neste ano

por Arnolfo Carvalho  
de Brasília

Os governos estaduais e prefeituras, que devem US\$ 11 bilhões no exterior, serão chamados a pagar a parcela de US\$ 2,55 bilhões vencida ou por vencer ainda neste ano, já que a União resolveu acabar com o mecanismo conhecido por "avisos MF", pelo qual o Tesouro adiantava ao Banco Central os pagamentos não honrados no prazo, com aval federal, de acordo com orçamentos revisitos que serão enviados ao Congresso no início de junho.

Concluída ontem pelo Departamento de Orçamentos da União (DOU), segundo as diretrizes do Plano de Estabilização Econômica destinadas a gerar um superávit operacional equivalente a US\$ 9,6 bilhões ou 2% do Produto Interno Bruto (PIB) até dezembro, a revisão dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das estatais deve ser apresentada hoje à ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, para encaminhamento à Presidência e depois ao Legislativo.

"Pensávamos que a revisão se destinava a deixar a União a pão e água, mas pelo visto ficará apenas a água" — comentou o diretor do DOU, Claudio Forguieri, com técnicos e autoridades da área econômica, que transmitiram essas informações a este jornal. Os cortes de despesas não se limitam à rolagem da dívida dos Estados e Municípios, que a União deveria bancar em 75% neste ano pelo orçamento do governo anterior, mas incluem todos os ministérios e as empresas estatais.

Todos os ministérios e seus órgãos sofrerão um corte de 10% em suas dotações, atualizadas, em cima dos valores deste mês de maio, como reflexo, inclusive, da redução média de 30% em seus quadros de pessoal e da economia indireta com despesas de ma-

nutenção da máquina burocrática. Os orçamentos revisitos, de acordo com essas fontes, já incorporam os custos das indenizações e a economia de salários com a redução de quase 360 mil servidores federais nas administrações direta e indireta.

Caso não fosse efetuada essa redução, as despesas da União com a folha do funcionalismo atingiriam neste ano o equivalente a US\$ 32,1 bilhões — ou 6,7% do PIB (em valores reais idênticos aos do ano passado). A revisão orçamentária pressupõe, em princípio, crescimento econômico nulo ao longo de 1990 — "para efeitos estatísticos".

Os gastos com pessoal no orçamento revisito serão os primeiros a serem apresentados ao Congresso, seguidos dos módulos referentes a custeio e depois investimentos (inclusive das estatais).

Os levantamentos efetua-

dos pelo DOU mostraram que os gastos com pessoal tiveram crescimento real de quase 60% entre os meses de janeiro deste ano e de 1989.

A situação orçamentária recebida em 15 de março, segundo estas fontes, já embutia déficit equivalente a 2% do PIB "para começar o governo". Isso porque a receita correspondente a cerca de 7,4% do PIB seria insuficiente para cobrir os juros e encargos da dívida (4,7% do PIB) e as transferências constitucionais aos Estados e Municípios (4,7% do PIB).

Mesmo com o esforço previsto na reforma administrativa, os gastos com pessoal apresentam pouca margem de manobra e os investimentos, dentro do orçamento fiscal, eram quase desprezíveis. A parcela de investimentos das estatais está reformulada em virtude do programa de privatização, basicamente.

Sobram, portanto, os gastos com custeio — objeto do novo corte, em cima da redução já efetuada pela reestruturação da máquina federal.

O orçamento da seguridade social, que também foi revisto de acordo com as novas estimativas de receita e despesas, será apresentado ao Congresso dentro da legislação vigente neste momento.

A economia que se está fazendo com a reforma monetária e fiscal — principalmente o corte de 80% nas despesas com a dívida mobiliária em razão do bloqueio de igual parcela de aplicações junto ao Banco Central e o aumento da arrecadação tributária — será utilizada, no orçamento revisito, para resgatar títulos que estão na carteira da autoridade monetária como lastro dos recursos do setor privado que estão indisponíveis até setembro de 1991.

"Por definição, o superávit de caixa do Tesouro tem de ser igual à redução da dívida da União" — explicou essa fonte. Ao resgatar títulos que estão na carteira do Banco Central, utilizando o superávit de Cr\$ 600 bilhões (cerca de US\$ 11 bilhões) acumulado até abril e os resultados posteriores de caixa, o Tesouro estará na prática reduzindo o endividamento junto ao setor privado.

No final, esse orçamento revisito se traduzirá, pelos conceitos de necessidade líquida de financiamento ao setor público utilizados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), num superávit operacional de 2% do PIB até dezembro deste ano, gerado a nível do governo central e das estatais federais.

O orçamento revisito corta também cerca de US\$ 6 bilhões de despesas sem cobertura de receita, introduzidas pelo Congresso na chamada "programação especial" que contemplava uma série de investimentos públicos.